

## Revisão Semestral 2008

### Aide Memoire

#### I INTRODUÇÃO E CONTEXTO

1. No dia 18 de Setembro de 2008, o Governo de Moçambique (GdM) reuniu-se com os Parceiros de Apoio Programático (PAPs) e os Observadores para concluir a Revisão Semestral (RS) de 2008. Esta Revisão Semestral teve como objectivo principal acordar as metas para o ano 2009, e metas indicativas para o ano 2010, no Quadro de Avaliação de Desempenho (QAD) do Governo e dos PAPs. O objectivo secundário foi de apresentar uma breve reflexão sobre os indicadores do Governo em 2008 que correm risco de não alcançar as metas acordadas.

2. Durante a Revisão foi confirmada a matriz do QAD do Governo para 2009-2010, incluindo indicadores e metas finais para 2009, e metas indicativas para 2010 na base das estratégias dos sectores e do Balanço do PES do I semestre de 2008. Foi também acordada a matriz de QAD dos PAPs com metas para 2009. O ponto de reflexão sobre a implementação do QAD para 2008 (uma breve análise) foi feito com base nos documentos de monitoria do Governo (Balanço do Plano Económico e Social (BdPES) e o Relatório de Execução do Orçamento (REO) para o primeiro semestre). O Cenário Fiscal do Médio Prazo (CFMP) 2009-2011 preliminar foi também analisado durante a revisão. O Plano Estratégico e Social (PES) e o Orçamento do Estado (OE) de 2009 serão analisados após a respectiva aprovação.

3. O processo este ano foi desenhado com a intenção de tornar o “exercício mais leve”, com menos ênfase na parte da revisão do ano em curso e mais enfoque nos indicadores e metas para 2009 e indicativos para 2010. Este processo não esteve isento de dificuldades e foi difícil cumprir com algumas componentes dos Termos de Referência, particularmente o atraso registado na submissão do CFMP e Orçamento. De notar que o pilar de Governança remeteu tardiamente o seu relatório. As partes comprometem-se em encontrar saídas construtivas para progredir nesta área.

4. O processo de revisão envolveu vinte e nove grupos de trabalho, distribuídos por cinco pilares orientadores, e a equipa de eficácia de ajuda externa, constituídos por representantes do Governo, PAPs e outros doadores. A análise foi feita ao nível dos grupos de trabalho e dos pilares, e concluída ao nível técnico numa reunião do PAF CoG no dia 12 de Setembro de 2008.

5. O *Aide Memoire* inclui os seguintes anexos: a matriz de QAD do Governo para 2008 (Anexo I) com indicação das metas que correm risco de não serem atingidas; a matriz de QAD do Governo para 2009-2010 (Anexo II); a matriz da avaliação do desempenho dos PAP para 2009 (Anexo III); os relatórios dos pilares (Anexo IV); a lista dos documentos usados como subsídios no processo (Anexo V); os TdR da Revisão Semestral, incluindo a lista de pilares e dos grupos de trabalho (Anexo VI).

6. Durante os meses de Agosto e Setembro, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Governo de Moçambique realizaram discussões com o objectivo de analisar a coerência entre o quadro macroeconómico, o CFMP e o OE proposta para o ano 2009, bem como a execução orçamental durante o 1 semestre de 2008. Chegou-se a um entendimento preliminar em

relação ao OE 2009 e algumas rectificações do mapa fiscal. As características principais das revisões no OE para 2008 e do orçamento 2009 são alterações significativas para poder financiar algumas medidas necessárias para fazer face aos efeitos do aumento dos preços de alimentos e de combustíveis.

7. Um consenso foi atingido em relação ao impacto fiscal destas medidas de mitigação (em especial a diferimento do IVA sobre gasóleo, os subsídios ao transporte semi-colectivo, o Plano de Acção de Produção de Alimentos (PAPA) e algumas medidas de protecção social). Também foi atingido consenso sobre medidas de compensação (redução na afectação dos recursos aos sectores não prioritários, e financiamento externo específico). A meta de receitas para 2008 foi ajustado para tomar em conta a suspensão dos impostos sobre combustíveis, mas mantem-se a meta principal de um aumento em 0.5% das receitas anualmente durante 2008 e 2009. As metas em relação ao crédito líquido ao Governo serão relaxados ligeiramente, mas mantem-se a meta geral de reduzir o crédito líquido ao Governo em ambos os anos de 2008 e 2009.

8. As projecções para 2009 indicam que o rácio fundos externos/PIB poderá reduzir-se ligeiramente, embora o Governo ainda espera assegurar algum financiamento externo adicional em 2009 para as medidas específicas de mitigação acima referidas.

9. O processo de elaboração do CFMP 2009-11 reflecte melhorias em relação à exercícios anteriores, com a introdução gradual da orçamentação por programas, apesar de a metodologia ainda se limitar à despesa de investimento e ao âmbito central. Adicionalmente a definição de programas prioritários chave de investimento permitiu uma maior interligação entre os objectivos do PQG e o PARPA II e as opções de financiamento sectorial em resposta aos novos desafios. No entanto, o CFMP ainda não inclui muitos detalhes sobre o processo de priorização dentro destes programas, incluindo o seu conteúdo e dimensão territorial. Um desafio importante é ainda uma maior interligação entre o processo de afectação de recursos públicos ao nível sectorial e a definição de actividades e metas no QAD.

10. Durante a revisão, realizou-se uma reunião ao nível político no dia 17 de Setembro. O Governo comprometeu-se a dar seguimento aos principais assuntos levantados nomeadamente: o decorrer da Revisão Semestral; Governação; Agricultura e Desenvolvimento Rural; Eleições e Municípios; bem como o ponto da situação do novo Memorando de Entendimento entre o Governo e os PAPs, o processo do Código de Conduta e a questão da Arquitectura de Cooperação.

## **II SITUAÇÃO EM 2008**

### ***O Desempenho Económico no Primeiro Semestre***

11. Durante o semestre a economia registou uma taxa de crescimento da produção na ordem dos 6,7%, em linha com a meta do PIB de 7% para o ano. Entretanto, a subida dos preços internacionais de combustíveis e dos cereais; a ocorrência de cheias, tempestades e ciclone; e o clima de insegurança derivado da xenofobia na África do Sul originaram uma subida da taxa de inflação média para 10,35%. No entanto, a estabilidade cambial do metical em relação ao dólar e o rand tem estado a contribuir para atenuar o impacto negativo dos fenómenos acima referidos. Para minimizar o impacto, o Governo decidiu diferir os direitos aduaneiros e do IVA sobre o gasóleo e o petróleo de iluminação e impulsionar a produção de cereais. Espera-

se também um aumento no programa de apoio alimentar e de suplemento ao rendimento das famílias mais pobres. Para 2009 e 2010, prevê-se a continuação de taxas de crescimento anuais do PIB ao nível de 7%.

12. A política fiscal continuou orientada para o alcance dos objectivos do PARPA II. O total de receitas cobradas no primeiro semestre, com nível de execução de 47,2%, é ligeiramente superior ao do mesmo período em 2007. A Despesa nos Sectores Prioritários até Junho de 2008 cresceu com 58% relativo ao período homólogo de 2007, correspondendo a 60,3% da despesa total.

13. O nível de Reservas Internacionais Líquidas alcançou USD 1.689 milhões, o que equivale a 5 meses de cobertura de importações. As exportações de bens cresceram até USD 1.202,5 milhões, uma realização de 45,7% em relação ao programado, devido a um forte aumento do sector exportador de bens tradicionais.

### *Balanço da Execução Orçamental no 1º Semestre*

14. O nível de execução orçamental foi, em geral, elevado para a **Despesa de Funcionamento**, sendo 49,6% do orçamentado. O desempenho da **Despesa de Investimento** foi relativamente reduzido com uma taxa de realização de apenas 22,3% (Componente Interna: 35,3% e Componente Externa: 17,8%). A Despesa nos Sectores Prioritários até Junho de 2008 teve uma taxa de realização em relação ao orçamento de 32,3%.

15. Apresenta-se este ano uma situação similar aquela do ano passado em que se registam baixos níveis de execução da componente externa do investimento. É importante salientar o esforço conjunto feito nos meses de Junho e Julho, pelo MF – DNO e os sectores, com a activa participação dos doadores, para que a orçamentação da componente externa no Orçamento do Estado 2009 fosse a mais consistente possível a fim de evitar os problemas que se evidenciaram em 2007.

16. De salientar que a qualidade dos dados e a apresentação dos Mapas do Relatório de Execução Orçamental continuam a revelar o esforço da DNCP – MF em melhorar a qualidade do relatório, facilitando não só a consulta como o entendimento dos dados.

17. O progresso geral é positivo na **mobilização de receitas** com possibilidade de ser atingida a meta acordada para 2008. Para o resto do ano espera-se que a receita colectada venha a baixar em relação ao valor orçamentado, principalmente como resultado do impacto negativo na cobrança da redução de receitas tarifárias por integração da SADC, e em particular, por medidas de política tomadas de deferimento dos direitos aduaneiros e do IVA sobre alguns combustíveis. Note-se que o rácio de receita efectivamente atingido em 2007 foi já de 16,4% do PIB, permitindo que apesar da redução do nível de receita esperado até ao fim de 2008 até 15,8%, ainda seja atingida a meta acordada para o ano.

18. O total de receitas cobradas no primeiro semestre, com nível de execução de 47,2% é ligeiramente superior ao do mesmo período em 2007. O crescimento real de 13,2% é inferior ao do ano passado, os níveis mais baixos de realização sendo observados na colecta de receitas não fiscais e de receitas próprias, tendo-se notado no entanto um aumento significativo no crescimento real das receitas próprias comparado a 2007.

### *Pilar da Governação*

19. A execução do orçamento do primeiro semestre de 2008 no Sector da Legalidade, Justiça e Ordem Pública (45,25%), registou um resultado positivo comparado ao primeiro semestre do ano passado (42%) e a taxa média nos sectores prioritários. Com efeito, a execução das despesas correntes a nível central atingiu os 50,29%, e a nível provincial registou 45%, o que representa um valor positivo. Por seu turno, a execução das despesas de investimento é mais baixa que a do ano passado, tendo registado 13,68%, contra os 17% do ano passado. Na execução da componente externa dos investimentos nota-se nesta fase uma execução nula sendo que em alguns casos há falta de dados. O facto deverá constituir matéria da atenção, tendo em conta a necessidade de evitar as omissões constatadas.

20. Em relação ao nível provincial a execução do orçamento do investimento é relativamente baixo (24%). A execução ao nível distrital é melhor (média de 53%) em comparação com o ano passado. Para as autarquias o nível de execução continua igual à de 2007 (64%).

21. Quanto às receitas próprias, reporta-se uma taxa de cobrança de 30% para o Ministério do Interior, colecta significativa se comparada com a do ano passado de 10%. Em termos de receitas próprias a recolha ao nível provincial é extremamente baixo (1,6%). Para a recolha de informação sobre as receitas próprias das autarquias dever-se-á estabelecer um sistema próprio.

### *Pilar de Capital Humano*

22. O volume total de recursos financeiros alocados aos quatro sectores do pilar do Capital Humano (Educação, Saúde, Água e Acção Social) representa 37% do total do Orçamento do Estado para 2008, excluindo os encargos da dívida. A Despesa de Funcionamento no Pilar Capital Humano totalizou 62% do orçamento e a Despesa de Investimento 23% do orçamento. No total, o pilar capital humano teve uma execução correspondente a 36% do orçamento total alocado para o pilar. A execução em igual período do ano passado foi de 34%.

23. De salientar que de entre os sectores que compõem o Pilar Capital Humano, os sectores de Saúde (29%) e de Águas (29,1%) verificaram no primeiro semestre de 2008 uma realização reduzida se comparada com os outros sectores. Em termos de execução por âmbito geográfico, verifica-se que 54% da despesa total no Pilar Capital Humano foi executada no âmbito Central e os restantes 46% no âmbito Provincial.

### *Pilar de Desenvolvimento Económico*

24. Na agricultura, o grau de execução orçamental relativo ao primeiro semestre foi na ordem dos 17% do total, sendo 39% para o orçamento de funcionamento, 12% para o investimento interno e 13% para o investimento externo. A baixa execução orçamental (17%) é preocupante; embora possa ser recuperada no segundo semestre, compromete o alcance das metas do sector para 2008.

25. Para os outros sectores do pilar, o sector de estradas teve uma execução orçamental de 24% enquanto o sector de energia teve um desempenho orçamental geral médio de cerca de 53.5%.

26. Quanto às províncias, ainda se apontam atrasos consideráveis para a obtenção do visto do Tribunal Administrativo, aliado à fraca capacidade do pessoal na preparação dos respectivos processos.

*Pilar de Assuntos Transversais*

27. 24. Durante o primeiro semestre de 2008 a execução orçamental global do Conselho Nacional de Combate ao HIV/SIDA (CNCS) situou-se em 35,56%. Esta percentagem representa um crescimento de 28,43% comparativamente a igual período do ano anterior

28. Em relação aos outros sectores do Pilar, a execução orçamental total de Desminagem foi de 37%, do sector da Ciência e Tecnologia era de 74% e do Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (INGC) 83.29%.

***Reflexão sobre as metas 2008 que correm risco de não ser atingidas***

29. Há indicação de que a maioria das metas para 2008 serão atingidas. No entanto, as metas de 10 indicadores dos 40 correm risco de não ser atingidas em 2008 pelo que apelou-se aos sectores que se envidem esforços no sentido de reverter a situação.

- No âmbito do **sistema de monitoria participativa (indicador 1)**, apenas quatro Observatórios de Desenvolvimento Provinciais (ODPs) foram realizados, mas está em curso a preparação de mais três, portanto, é possível que apenas sete dos onze previstos se realizem até finais do ano em curso. Neste contexto, é pouco provável que a meta seja atingida. Não foi publicado nenhum relatório dos quatro ODPs já realizados este ano. Assim sendo, não é possível analisar a qualidade dos relatórios – conforme a indicação da actual nota técnica.
- Com referência ao **Estudo PETS (indicador 4)** chegou-se à conclusão que, apesar duma boa cooperação entre os PAPs e o Governo, o progresso ainda é lento pelo que se prevê que o Estudo PETS na área da educação não estará disponível até ao fim do ano 2008.
- Em relação ao **número de casos julgados por ano (Indicador 14)**, houve um crescimento em 2% no primeiro semestre de 2008, relativamente a igual período de 2007, chamando atenção para o grande desafio que se coloca para o alcance da meta estabelecida para este indicador (15%).
- No sector de saúde, a meta do **TARV pediátrico (indicador 22)** não será atingida em 2008 por a meta aprovada ter sido demasiado ambiciosa, pois na altura do estabelecimento da meta não havia conhecimento detalhado da capacidade humana e logística necessária para este tipo de tratamento.
- No sector de educação, duas das três metas não serão atingidas: **a escolarização aos 6 anos (raparigas) (indicador 23) e rácio aluno por professor no EP1 (indicador 25)**. A escolarização aos 6 anos (raparigas) não foi totalmente alcançada (73% contra uma meta de 74%) apesar do progresso verificado relativamente a 2007 (70%). Contudo, é importante notar que a paridade de género é 1 ao nível do ingresso na escola aos 6 anos o que corresponde a uma grande conquista no sector. O rácio alunos por professor no EP1 ficou nos 71/1 contra os 69/1 programados, embora tenha sido feito um progresso em relação ao ano passado (73/1). No entanto é preocupante o facto de não se ter atingido esta meta considerando o número de novos professores contratados em 2008 (mais de 11,2 mil professores dos quais 8,4 mil para o EP1). O motivo principal para que não se atingisse a

meta foi o atraso nos processos de substituição dos professores que deixam de leccionar por razões várias.

- O ambiente de negócios, no primeiro semestre de 2008, foi caracterizado pela criação de um quadro regulatório conducente à remoção das barreiras ao desenvolvimento da actividade empresarial. Não obstante as melhorias, as reformas recomendadas na RC 2008 não foram introduzidas. Refere-se à não eliminação das inspecções pré-embarque no processo de importação, que poderá comprometer o alcance da meta relativo ao **tempo necessário para efectuar uma importação e exportação (indicador 30)** estabelecida em 20 dias.
- Em relação ao **número de novos ha de regadio (indicador 33)** os resultados alcançados no primeiro semestre atingiram um total de 640.2 ha de regadio construídos com fundos públicos (dos 3.400 previstos). A redução de 59 % em relação ao igual período do ano passado resulta essencialmente de um grande número de projectos afectados pelas cheias que ocorreram principalmente na zona centro do País, assim como o início tardio de projectos de reabilitação de regadios no âmbito de projectos. Contudo há que salientar que estão sendo envidados esforços no sentido de acelerar os processos de execução, principalmente em regadios cujas intervenções são de pouca monta. Conforme o CFMP, o sector da agricultura está a beneficiar de reforço em termos de recursos. O impacto deste reforço se fará sentir nos anos subsequentes.
- Existe a necessidade de reformular o **indicador 34 (número de comunidades locais delimitadas e registadas no Atlas Cadastral)** de modo a estar em conformidade com o regulamento do artigo 35 da Lei de Terras que foi recentemente aprovado. Em relação ao progresso este ano, foram **delimitadas 31 áreas comunitárias**, das quais 4 foram lançadas no atlas cadastral (correspondente a 66570.91 ha) e as restantes 27 áreas estão a seguir os trâmites legais. De referir que a meta de áreas comunitárias para o ano 2008 era de 242. O grupo de trabalho considera que esta meta não é realista, uma vez que desde o início do processo em 1998 até 2007, foram delimitados apenas 246 comunidades em todo o País.
- Apesar dos avanços verificados no processo de **integração da componente espacial nos planos distritais (indicador 40)**, há indicação de a meta de 20 planos aprovados em 2008 não será atingida. Os 27 Planos Estratégicos de Desenvolvimento Distrital (PEDDs) em preparação aguardam a aprovação oficial.

### III ANALISE DO CFMP 2009-11 E OE 2009

30. A preparação do CFMP 2009 – 2011 teve início em Outubro de 2007, com uma nova abordagem sobre o processo de planificação e orçamentação, mas a sua aprovação pelo Conselho de Ministros teve lugar somente em 02/09/08, não permitindo portanto a realização do processo normal do ciclo orçamental de 2009. Este atraso deveu-se à necessidade de integrar a resposta a factores externos com impacto na economia e no cenário fiscal. Por outro lado, até à conclusão da Revisão Semestral, não estava ainda disponível informação sobre a proposta do OE 2009. Portanto, não foi possível fazer uma análise suficiente da proposta de orçamento 2009 no contexto do CFMP, como estava previsto nos TdR para a Revisão Semestral, nem uma análise detalhada do próprio documento do CFMP.

31. A nova metodologia de elaboração do cenário fiscal representa um avanço, mostrando maior visibilidade de priorização da despesa, especialmente com a definição de programas prioritários chave, bem como a introdução, de maneira gradual, da orçamentação por programas (OP). No entanto, nesta abordagem emergente, muitas unidades orçamentais (UGB) ainda não submeteram as suas propostas baseadas na metodologia de OP e esta limitou-se à despesa de investimento controlada pelo âmbito central. As propostas para o nível provincial ainda foram baseadas na classificação económica, tendo como base o OE 2008. Isto mostra a complexidade da metodologia e os desafios para reforço de capacidade.

32. O Governo definiu 12 programas “prioritários chave” de investimento, baseados no Plano Quinquenal do Governo (PQG) e no PARPA II, cobrindo acções nos pilares de capital humano, desenvolvimento económico e governação. Contudo, o CFMP não fornece muitos detalhes sobre o processo de priorização dentro destes programas, conteúdo e a dimensão territorial.

33. Os principais novos desafios apresentados para o período do cenário são: i) o financiamento parcial do Plano de Acção para a Produção de Alimentos (PAPA) em resposta à crise mundial de alimentos; ii) a subida constante e acentuada dos preços dos combustíveis; iii) o financiamento pelo Estado a partir de 2010 dos custos da política monetária para manutenção de estabilidade macroeconómica; iv) o financiamento da reforma salarial.

34. O documento do CFMP 2009-11 apresenta melhorias em relação aos exercícios anteriores, na medida em que: i) reforça a perspectiva estratégica de afectação de recursos, através da apresentação de quatro cenários com opções de financiamento em resposta aos novos desafios (em vez de projecções de base meramente incremental); ii) melhora em clareza e consistência de objectivos, fazendo uma ligação entre os objectivos do PQG, PARPA II e planos sectoriais de investimento; iii) adopta uma perspectiva estratégica gradual e prudente na implementação da descentralização vertical e horizontal dos recursos a partir de 2011.

35. Para o triénio 2009-2011, estimas-se que o crescimento da despesa nominal seja cerca de 19% comparado com 2008, reduzindo em percentagem do PIB de 35.4% em 2009 para 33.3% em 2011. O total de recursos externos (excluindo projectos) para 2009 é estimado em cerca de 50% do total, diminuindo para 44% em 2011. Os recursos internos deverão continuar a crescer anualmente em 0.5% do PIB.

36. Os ajustamentos feitos na componente interna do CFMP foram claramente influenciados pelo PAPA e pelo financiamento da reforma salarial na administração pública, que inclui um aumento em termos reais de 5.5% da despesa em salários. Assim, para financiamento do PAPA (10% do total estimado), os sectores de agricultura, pescas, indústria e comércio são os que registam aumentos assinaláveis em dotações, e os sectores sociais (educação, saúde e acção social) mantêm-se constantes. Estes ajustamentos afectam os restantes sectores numa percentagem igual, reflectindo menor capacidade de priorização a este nível.

37. O processo de finalização do documento do CFMP 2009-11 ainda está em curso. Uma informação e análise mais detalhada sobre a afectação de recursos ao nível sectorial seria ainda necessária para permitir uma melhor base de fundamentação das actividades e metas de desempenho acordadas no QAD para os diferentes sectores para 2009 e 2010. Permanece no entanto ainda o desafio de melhorar esta interligação, com um processo mais desenvolvido de custeamento de actividades e programas nos diversos sectores.

#### IV INDICADORES E METAS 2009

38. Apesar de o MdE destacar a utilização do PES e OE para o ano em causa, as últimas revisões contaram apenas com as propostas do PES dos sectores como documentos de planificação, o que tem a ver com a calendarização do exercício. Na reunião do PAF CoG de 12 de Setembro de 2008 decidiu-se pela reconfirmação da maioria dos indicadores. Estabeleceu-se metas para 2009 bem como metas indicativas para 2010 constantes na matriz QAD do Governo.

*Em relação às alterações nos indicadores há a destacar:*

- A melhoria de edição do **indicador 1 (Observatório de Desenvolvimento Provinciais)** para reflectir os progressos feitos com a elaboração do Guião dos ODP's: "*Nº de Províncias com ODP's realizados de acordo com os critérios de implementação definidos no Guião*". Em concordância com esta actualização foi submetida a nota técnica revista.
- Por razões de forma foi proposta uma nova formulação do **indicador 5 (e-SISTAFE)**, "*Implementação e efectividade do uso do e-SISTAFE*", pois o indicador anterior não mostrava claramente a ligação entre si e as metas.
- A formulação do **indicador 7 (Procurement)** foi ligeiramente modificada para indicar o melhoramento do sistema para 2009 e 2010: "*Operacionalidade do Sistema de Procurement melhorado*".
- Ficou acordado substituir o antigo **indicador 13 (autarquias)** com um novo indicador: "*% de receitas próprias em relação ao orçamento por categorias dos 33 Municípios*".
- Ficou acordado a substituição do **indicador 21 (REMTI)** por um novo indicador: "*Habitantes por pessoal técnico de Saúde*", porque a escassez de recursos humanos em quantidade e qualidade continua sendo um grande constrangimento para a expansão dos serviços e a sua resolução é uma prioridade do sector.
- O **indicador 22a (TARV)** foi alterado de forma a incluir "*> de 15 anos*": "*Nº total de pessoas > de 15 anos que beneficiam de TARV*".
- Ficou acordado substituir o antigo **indicador 37 (% (e numero) de mulheres grávidas HIV positiva que receberam tratamento de profilaxia completa, nos últimos 12 meses, com vista a reduzir o risco de transmissão vertical da mãe para o filho)** por um novo indicador: "*%(e numero) de mulheres grávidas HIV positiva que receberam medicamentos antiretrovirais, nos últimos 12 meses, com vista a reduzir o risco de transmissão vertical da mãe para o filho*".
- Ficou acordado a substituição do antigo **indicador 39** (No. Cumulativo de Agências de Desenvolvimento Económico e Financeiro Local em funcionamento) por um novo indicador: "*N. Cumulativo de clientes de microfinanças rurais*".

*Em relação aos indicadores em que se procedeu à revisão das metas, destaca-se:*

- Para o **indicador 4 (PETS)** foi acordado a seguinte meta para 2009: "*i) plano de implementação baseado nos resultados e conclusões do PETS na área da educação está em curso, ii) Governo comunica a decisão sobre a próxima aplicação do instrumento PETS em Moçambique até a RC 2009*". A meta para 2010 será definida ate RS 2009.

- A meta e sua respectiva nota técnica para 2009 do **indicador 5 (e-SISTAFE)** tomam em conta a implementação mais lenta da reforma em 2008, e respondem à necessidade de alinhar as metas com aquelas acordadas com o FMI. A nova meta também reflecte o facto de a execução orçamental para bens, serviços e investimentos ser diferente à da execução dos salários e pensões.
- Segundo os dados do CFMP, a meta prevista do **indicador 6 (receita total)** é de 16,9%. A meta indicativa para 2010 é de 18,1%.
- No **indicador 7 (procurement)** serão introduzidas para 2009 e 2010 mais duas sub/metastas que reflectem o melhoramento na planificação do *procurement* e medidas para garantir uma melhor integridade do sistema de *procurement* com vista a contribuir para o combate a corrupção. A nota técnica foi actualizada.
- Em relação ao **indicador 8 (órgãos de controlo interno)**, foi aprovada a redução da meta para 2009 (de 100% para 75%) dos OCIs em funcionamento, o que será possível alcançar com os recursos existentes. A meta indicativa para 2010 é definida em 100%.
- Para o **indicador 10 (% do orçamento para as províncias, distritos e autarquias)** a meta para 2009 esta baseada no CFMP. A previsão é de “27,8% do orçamento para as províncias, 3,6% para os distritos e 1% para as autarquias”.
- A meta de 2009 do **indicador 12 (política salarial)** fica sujeito a uma análise da recém-aprovada Política Salarial. A meta e respectiva nota técnica serão concluídas até fim de Novembro 2008.
- A meta de 2009 para o novo **indicador 13 (receitas próprias dos municípios)** é “divulgação da % das receitas próprias”.
- Em relação ao **indicador 14 (No de casos julgados por ano)** a meta para 2009 é o “aumento em 15% de casos julgados em relação ao ano 2008”. A meta indicativa para 2010 é o aumento em 15% de casos julgados em relação ao ano 2009.
- Em 2009 a meta para o **indicador 17 (% de casos instruídos dentro dos prazos de instrução preparatória)** é acordada em 82%. A meta indicativa de 2010 é de 85%.
- Para o **indicador 18 (% de processos crimes esclarecidos)** a meta para 2009 é de 76% dos casos esclarecidos e a meta indicativa para 2010 é de 78%..
- A meta do **indicador 20 (taxa de cobertura de partos institucionais)** foi acordada em 60% para 2009 e 62% para 2010
- Para a meta do novo **indicador 21 (habitantes por pessoal técnico de saúde)** foi estabelecida em 1306 para 2009 e em 1202 para 2010.
- Em relação ao **indicador 22a (nº total de pessoas > de 15 anos que beneficiam de TARV)**, acordou-se a meta de 160,000 para o ano 2009 e 190,000 para o ano 2010.

Ainda neste **indicador 22b (nº de crianças que beneficiam do TARV pediátrico)**, foi acordada a meta de 11,500 para 2009 e 18,000 para 2010.

- Ficou acordado para o **Indicador 23 (taxa líquida de escolarização aos 6 anos na 1ª classe – Raparigas)**, a meta de 76% para o ano 2009 e de 79% para o ano 2010.
- A meta acordada para o **Indicador 24 (taxa de conclusão EP2 – Raparigas)** foi de 44% para o ano 2009 e 46% para o ano 2010.
- Ficou concordada a meta para o **Indicador 25 (rácio alunos por professor no EP1)**, em 68/1 para o ano 2009 e 65/1 para o ano 2010.
- Quanto ao **indicador 26 (nº de novas fontes dispersas construídas)**, ficou acordada a meta de 1496 para o ano 2009 e de 1734 para o ano 2010.
- A meta para o **Indicador 27 (nº de crianças, pessoas idosas, pessoas portadoras de deficiência, mulheres chefes de agregado familiar beneficiando de programas de protecção social)**, ficou acordada em 204,827 para 2009 e 232,827 para o ano 2010.
- A meta para o **indicador 28 (submissão ao Conselho de Ministros o novo plano do sector de seguros)** é “adequação das aplicações informáticas para implementação do novo plano de contas no sector de seguros” para 2009. A meta indicativa para 2010 é “implementação do novo plano de contas do sector segurador tendo em conta as IFRS”.
- A meta para o **indicador 29 (Estudo concluído, estratégia de investimento em implementação, regulamentos em vigor e recomendações implementadas)** é “criação de condições técnicas e pacotes legislativos para implementação de recomendações” do estudo actuarial. A meta indicativa para 2010 é “prosseguir com a implementação de algumas recomendações dos estudos”.
- No que refere ao **indicador 30 (tempo necessário para efectuar uma importação e exportação)**, a meta de 2009 foi estabelecida em 20 dias para importação e 20 dias para exportação. A meta indicativa para 2010 é de 15 dias para importação e 15 dias para exportação.
- Foi aprovada a meta do **indicador 32 (extensão agrária)** em 500,700 para 2009 e em 529,500 para 2010
- Foi proposta a redução substancial da meta do **indicador 34 (no de comunidades locais delimitadas)** de 266 para 50 em 2009 e 50 em 2010, por o grupo considerar que a meta proposta em 2007 não era realista.
- Referente ao **indicador 37 (mulheres grávidas que recebem tratamento medicamentos antiretrovirais)** a meta de 2009 foi acordada em 48,2%, sendo a indicativa para 2010 de 49,7% .
- A meta para o novo **indicador 39 (clientes de microfinanças rurais)** foi aprovada em 175,000 para 2009. A meta indicativa para 2010 é de 190,000.

39. Os doadores entendem que a matriz estratégica, da qual está extraído o QAD, representa os objectivos e prioridades do Governo conducentes à redução de pobreza. Tomando em conta que os recursos ao dispor do Governo estão a crescer cada vez mais, os resultados comprometidos para alguns sectores (por exemplo, agricultura, acção social e saúde) parecem

desproporcionados ao volume destes aumentos, que podia ter um impacto negativo sobre a camada mais pobre da população. Assim, em vários casos os doadores colocaram um desafio ao Governo de ampliar as suas ambições para estas áreas de prioridade.

- Na área da *Governança e Justiça*, vários dos indicadores consistem apenas na submissão de informação estatística. No entanto, esta informação será utilizada para concluir se houve progresso aceitável nas áreas em questão, nomeadamente no combate à corrupção. Na base do desempenho actual os doadores também consideram que as metas para os indicadores 15 e 17 são muito modestas.
- *No pilar de Capital Humano*, os PAPs consideram essencial tentar aumentar a meta sobre o TARV pediátrico. Em média 80 crianças estão a morrer de SIDA por dia. Igualmente, lamentou-se a proposta de baixar por 90.000, em relação à meta indicativa estabelecida na Revisão Semestral 2007, o número de beneficiários da protecção social. Na óptica do aumento dos preços da alimentação, este grupo mais pobre é o mais seriamente afectado.
- *No pilar de Desenvolvimento Económico*, foi constatado o baixo cumprimento e a baixa ambição relativos a algumas das metas do sector da Agricultura. Apreciou-se o aumento da meta para a extensão rural.
- No que diz respeito *aos Assuntos Transversais*, apreciou-se o aumento da meta na área da prevenção da transmissão vertical do HIV. Quanto à meta do Género, recomendou-se ao Governo uma abordagem com planos orçamentados e metas mais ambiciosas.

*Em relação à matriz do QAD 2009 dos PAPs (PAPs PAF):*

40. Considerando a alta probabilidade de que a actual matriz do QAD dos PAPs seja substancialmente alterada em 2009, devido à finalização tanto de um novo MdE de Apoio ao Orçamento do Estado como um Código de Conduta sobre a cooperação pelo desenvolvimento, os PAPs e o GdM concordaram em efectuar apenas mudanças mínimas aos indicadores actuais do QAD e às notas técnicas. Pela mesma razão, as partes envolvidas decidiram não definir metas indicativas para 2010. As principais mudanças efectuadas referem-se à redução do peso relativo na matriz individual, do valor dos indicadores de Composição do Carteira e graduação do sistema para a atribuição de pontuação aos indicadores 1 e 2, de modo que os PAPs que concedam uma parte elevada da sua assistência oficial ao OE e/ou a programas do Governo obtenham algum reconhecimento, mesmo se não alcancem a meta mais elevada.

41. Por esta razão, os PAPs e o GdM concordaram em confirmar como definitivas a maior parte das metas já propostas para 2009. Contudo, algumas metas foram aumentadas (indicadores 6, 7, 12a, 17 e 20), enquanto três foram reduzidas (indicadores 2, 13 e 20), tomando como base os resultados alcançados em 2007. Concordou-se em não se elevar as metas nas quais os PAPs estão longe de alcançar em 2007, para acima dos níveis já em vigor para 2008. Na altura da actual Revisão Semestral, não foi possível ter uma indicação sobre das metas que serão provavelmente atingidas pelos PAPs em 2008.

42. Apesar das partes reconhecerem que os indicadores 16a (% total das missões conjuntas dos PAPs) e 17 (% do trabalho analítico dos PAP que é coordenado) estão longe de ser

perfeitos no que concerne mensurar o real peso administrativo sobre o GdM, foi concordado mantê-los tal como já tinham sido definidos para 2009. Concluiu-se que seria necessário fazer uma revisão mais profunda para identificar indicadores alternativos, trabalho este a ser realizado em 2009 para ter efeito a partir de 2010.

## **V IMPLEMENTAÇÃO DO MEMORANDO DE ENTENDIMENTO DE APOIO ORÇAMENTAL**

43. Na Revisão Conjunta em Abril 2008 foi acordado que o relatório final de auditoria de desempenho no sector da Justiça estaria pronto até finais de Julho deste ano. Durante os trabalhos notou-se que o calendário acordado não poderia ser cumprido. Assim, acordou-se entre o GdM e os PAPs, que o esboço do relatório estaria pronto até a Revisão Semestral para poder incluir um análise das recomendações preliminares no *Aide Memoire* (ver TdR desta Revisão Semestral). Embora tenha sido concluído um esboço do relatório e realizado um seminário com os auditados, não houve tempo suficiente para analisar as recomendações e inserir a análise neste *Aide Memoire*. Os PAPs mostraram a sua preocupação com os atrasos constantes durante o processo da auditoria e apelaram ao GdM para esforçar-se para finalizar a auditoria com uma qualidade desejada dentro em breve.

44. Deste modo existe a necessidade de acordar entre o GdM e os PAPs um processo para acompanhar as recomendações contidas na auditoria. Foi acordado nesta Revisão Semestral que haverá uma possibilidade separada para discutir as recomendações finais da auditoria e o processo de elaboração dum plano de implementação das recomendações no sector da justiça, que o sector implementará logo que o relatório final estiver disponível até 15 de Novembro. A Revisão Conjunta de 2009 debruçar-se-á sobre a auditoria e apreciará o grau de implementação.

45. O desempenho em relação às metas estabelecidas para 2008 será avaliado na Revisão Conjunta de 2009, informando assim decisões sobre compromissos para 2010. Durante a Revisão Semestral foram acordadas as metas do QAD 2009 e também as metas gerais e individuais para os PAPs.